



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

FRANCISCA DE KASSIA CARVALHO SILVA

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PPP's ESCOLARES
COM FATORES SOCIOECONÔMICOS DO PÚBLICO DE 9º
ANO DO COLÉGIO DOM ORIONE E DA ESCOLA
ESTADUAL PADRE GIULIANO MORETTI.**

Tocantinópolis/TO
2021

FRANCISCA DE KASSIA CARVALHO SILVA

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PPP's ESCOLARES
COM FATORES SOCIOECONÔMICOS DO PÚBLICO DE 9º
ANO DO COLÉGIO DOM ORIONE E DA ESCOLA
ESTADUAL PADRE GIULIANO MORETTI.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia
para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua
forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Mauro Torres Siqueira

Tocantinópolis/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586a Silva, Francisca de Kassia Carvalho .

Uma análise da relação entre PPP's escolares com fatores socioeconômicos do público de 9º ano do Colégio Dom Orione e da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti. / Francisca de Kassia Carvalho Silva. – Tocantinópolis, TO, 2021.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientador: Mauro Torres Siqueira

1. Escola. 2. Aspectos socioeconômicos. 3. Desigualdade social. 4. Projeto político pedagógico. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FRANCISCA DE KASSIA CARVALHO SILVA

**UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE PPP's ESCOLARES
COM FATORES SOCIOECONÔMICOS DO PÚBLICO DE 9º
ANO DO COLÉGIO DOM ORIONE E DA ESCOLA
ESTADUAL PADRE GIULIANO MORETTI.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia
para obtenção do título de graduação e aprovada em sua
forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Prof. Dr. (Nome do professor), sigla da Instituição onde atua

Tocantinópolis/TO, 2021

Sementes de Amor

*Feliciana e Pedro
geraram Maria Floraci
que conheceu Domingos
se casaram,
semearam Francisca de Kassia
e outros filhos que não vingaram*

*E de Francisca e Marcos
nasceu Maria Heloísa
unindo todos os laços
num renascimento*

(Por Vanice Carvalho)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me colocar de pé todos os dias e não me deixar desistir apesar de tantos obstáculos e perdas no decorrer dessa estrada.

Também agradeço imensamente (*In memoriam*) à minha avó Feliciano de Carvalho Dias por sempre me apoiar e nunca me deixar desistir dos meus sonhos.

Ao meu tio Gilson e sua esposa Diana por terem sido os primeiros a me acolherem em Tocantinópolis e à Francisca Keila Martins e sua família (em especial, sua tia Antônia) por terem feito o mesmo por mim logo depois.

Ao meu esposo Marcos Coelho, por sempre estar comigo e apoiar em todos os momentos e decisões tomadas.

À minha filha Maria Heloísa. O motivo que me dá forças dia após dia para que não desista de meus objetivos. Desde o seu nascimento é tudo por ela.

Aos professores que fizeram parte de minha formação, em especial a Bruno Hammes e Romário Cruz por me darem a mão e me acolherem nessa jornada. São duas pessoas de muita luz.

Aos técnicos Hemerson Ferreira e Marcélio Martins, fazem trabalhos incríveis.

Não poderia esquecer também do meu orientador Mauro Torres Siqueira, muito obrigada por toda sua paciência comigo, por entender todos os problemas que tive em minha vida pessoal durante a elaboração deste trabalho. O senhor é de uma humanidade ímpar.

Um viva à educação!!

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar os Projetos Político Pedagógicos (PPP's) de duas escolas estaduais do município de Tocantinópolis-TO e suas relações com fatores socioeconômicos que contribuem na desigualdade dentro do ambiente escolar. Para isso, a pesquisa vai interpretar as relações diretas e indiretas dos PPP's trabalhados com o caráter seletivo das duas instituições; levantar aspectos socioeconômicos dos públicos de nono ano selecionados das duas escolas; e analisar a relação entre os dois PPP's os dados obtidos através dos questionários QEdU dos nonos anos de 2019 das duas escolas e os aspectos socioeconômicos identificados. Isso foi possibilitado a partir de pesquisa bibliográfica, bem como dos PPP's das referidas escolas e dos fatores econômicos do público de nono ano, possíveis graças aos dados extraídos dos questionários QEdU. Com o empreendido fica evidente que a clientela das duas escolas não apresenta uma grande diferença na dimensão socioeconômica se compararmos a escola do centro com a localizada em outro setor. Assim, percebemos que o caráter seletivo da instituição escolar, tão discutido pela bibliografia especializada, aparece mesmo em escolas com clientelas relativamente homogêneas, pois só isso explica a atuação da escola como reprodutora social num país subdesenvolvido como o Brasil.

Palavras-chave: Escola. Aspectos socioeconômicos. Desigualdade social.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the Pedagogical Political Projects (PPP's) of two state schools in the city of Tocantinópolis-TO and their relationship with socioeconomic factors that contribute to inequality within the school environment. For this, the research will interpret the direct and indirect relations of PPP's worked with the selective character of the two institutions; to raise socioeconomic aspects of the selected ninth grade publics from the two schools; and to analyze the relationship between the two PPP's, the data obtained through the QEdU questionnaires from the ninth years of 2019 of the two schools and the socioeconomic aspects identified. This was made possible through bibliographical research, as well as the PPP's of the referred schools and the economic factors of the ninth grade public, possible thanks to the data extracted from the QEdU questionnaires. With the undertaken, it is evident that the clientele of the two schools does not present a great difference in the socioeconomic dimension if we compare the school in the center with the one located in another sector. Thus, we realize that the selective character of the school institution, so discussed by the specialized bibliography, appears even in schools with relatively homogeneous clientele, as this alone explains the school's role as a social reproducer in an underdeveloped country like Brazil.

Keywords: School. Socioeconomic aspects. Social inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Fachada do Colégio Dom Orione.....	29
Fotografia 2 – Fachada da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de proficiência na aprendizagem dos alunos.....	27
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional de Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
FUNDEB	Fundo De Financiamento da Educação Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA.....	16
2.1	Breve histórico sobre o currículo.....	19
2.2	O SAEB, IDEB e o FUNDEB em linhas gerais.....	22
2.3	A educação no contexto socioeconômico de Tocantinópolis	26
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A busca da efetivação de uma educação de qualidade remonta ao passado. Nesta perspectiva, desde 1971 com a criação do ensino de 1º grau (atual Ensino Fundamental) obrigatório, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).¹ A Constituição Federal (BRASIL, 1988) veio reafirmar o ensino obrigatório em um direito e, coloca como dever da família da sociedade e do estado a garantia de uma educação igual para todos. O aspecto socioeconômico tanto do município, como da família, influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos dentro da escola e cabe ao currículo, buscar essa igualdade, entretanto muitas vezes acaba reforçando algum tipo de exclusão.

Essa pesquisa buscou relacionar o Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar com fatores socioeconômicos do público beneficiado dos nonos anos de duas escolas estaduais da cidade de Tocantinópolis-TO,² a constar, o Colégio Dom Orione e a Escola Estadual Padre Giuliano Moretti. A análise foi realizada considerando os PPP's das duas escolas e questionários socioeconômico do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) disponibilizado no portal QEdu,³ concernentes a alunos selecionados dos públicos de nono ano das duas unidades no ano de 2019. Aspectos socioeconômicos foram identificados a partir destes questionários e também contribuíram em muito à pesquisa.

Assim, este trabalho parte tanto do interesse de entender as desigualdades presentes no ambiente escolar (dialogando a partir desse recorte nos nonos anos), como também do referencial contactado na disciplina de “Teoria do Currículo” onde foi feita a discussão do livro “Documentos de identidade” de Tomaz Tadeu da Silva (2019). O mesmo aponta que o currículo é a identidade, seja da pessoa como da instituição de ensino, e que “as escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação” (SILVA, 2019, p. 33), daí, pode-se pensar o porquê da desigualdade dentro dos ambientes escolares e quais os fatores a influenciam direta ou indiretamente.

¹ Ver: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>.

² O município está entre os vinte e cinco que compõem a região do Bico do Papagaio e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, a população do município de Tocantinópolis é de 23.119 habitantes.

³ Ver em: <<https://novo.qedu.org.br/>>.

Ao longo deste percurso na disciplina, realizamos estudos bibliográficos sobre a temática em questão. Para melhor nos familiarizarmos com o tema proposto são importantes as indagações acerca de fatores socioeconômicos que influenciam diretamente na desigualdade no ambiente escolar. Pistas para a análise, como a investigação dos alunos que fazem as provas que antecedem a nota do IDEB, por exemplo, são evidentes, denotando um caráter de seletividade, ou seja, uma disparidade decorrente no ambiente escolar, pois, ao analisar o aspecto socioeconômico do Brasil, observamos que o mesmo se encontra entre os países mais desiguais do mundo, sendo assim, a cidade de Tocantinópolis, assim como todos os municípios brasileiros (uns mais, outros menos), acaba sendo um reflexo do país como um todo. Podemos perceber que há famílias que vivem com mais de cinco salários mínimos e há pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, assim temos elementos que contribuem para esse cenário de desigualdade social.

A pesquisa é fundamental para a construção de um trabalho de conclusão de curso, assim, como uma discussão dentro do universo de uma problemática. Pensando nisso, o presente trabalho se lança a entender uma parte dela, em específico ao campo da educação: Qual a relação entre o PPP escolar e os fatores socioeconômicos do público beneficiado?

Este trabalho terá como objetivo geral investigar os PPP's das duas referidas escolas e suas relações com fatores socioeconômicos que contribuem na desigualdade dentro do ambiente escolar, e como objetivos específicos: interpretar as relações diretas e indiretas dos PPP's trabalhados com o caráter seletivo das duas instituições; levantar fatores socioeconômicos dos públicos de nono ano selecionados das duas escolas; e analisar a relação entre os dois PPP's, os dados obtidos através dos questionários QEdu dos nonos anos de 2019 das duas escolas e os aspectos socioeconômicos identificados, partindo da hipótese de que os aspectos socioeconômicos influenciam no desenvolvimento social e educacional do público beneficiado pela instituição de ensino.

A monografia será dividida em três capítulos, onde o primeiro trará a metodologia e vai mostrar o caminho a ser percorrido, apresentando os métodos chave para a construção do trabalho. O segundo trata do referencial teórico, buscando fazer um levantamento bibliográfico para a pesquisa. O terceiro apresenta resultados e análise sobre os indicadores sociais e fatores socioeconômicos através da investigação feita a partir do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

A metodologia buscou levantar dados através da análise do PPP da escola, objetivando a compressão, acerca das dimensões e os elementos que compõe o currículo escolar,

levantando os indicadores sociais e os fatores socioeconômicos que perpassam o ambiente escolar, em seguida, foi analisado se há a relação entre o currículo escolar e a desigualdade social, usando para isso, como complemento, dados do portal QEdu.

Do ponto de vista de sua natureza este trabalho pode ser categorizado como pesquisa básica, que busca gerar novos conhecimentos científicos, partindo de uma pesquisa exploratória e descritiva dos casos observados. Será também bibliográfica e documental, buscando desta forma responder o problema, testar a hipótese, analisar e verificar os resultados. Já sua forma de abordagem é de cunho quanti-quali, pois em grande parte vai utilizar-se de dados concretos, principalmente as porcentagens extraídas dos questionários QEdu, retirando dali reflexões úteis ao trato da questão da desigualdade dentro do ambiente escolar.

Esta pesquisa surge a partir dos estudos bibliográficos sobre a teoria do currículo, bem como a análise dos PPP's da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti e do Colégio Dom Orione assim, como dos fatores socioeconômicos do público beneficiado da instituição, com recorte nos nonos anos. Dados extraídos dos questionários QEdu 2019 também são utilizados.

A pesquisa teve início no mês de agosto do ano de 2019, com objetivo de produção do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Tocantinópolis.

A partir dos estudos acerca do problema levantado e traçada a metodologia que melhor se enquadrasse no presente trabalho, procurou-se contato com a Escola Estadual Padre Giuliano Moretti, bem como com o Colégio Dom Orione com o intuito de adquirir seus PPP's, nos permitindo analisar de forma crítica e justa os respectivos currículos e públicos beneficiados, assim como os fatores socioeconômicos em que as clientelas estão inseridas.

Disso nascem os nossos capítulos: no primeiro (Introdução) situamos o leitor quanto ao que iremos tratar; no segundo (Trajetória investigativa) relacionamos de forma mais aprofundada o entrecruzamento entre ambiente escolar e aspectos socioeconômicos, fazendo a ligação disto com o desempenho do aluno; e no terceiro (Resultados e discussão: ppp's, questionário QEdu e aspectos socioeconômicos) analisamos à luz da bibliografia utilizada, o material principal – a constar, questionário QEdu relativo aos nonos anos das escolas no ano de 2019, além do PPP de ambas as escolas –, com a intenção de identificar diferenças socioeconômicas significativas entre as duas clientelas.

2 TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA

Este trabalho tem como problema a busca da relação do PPP escolar com fatores socioeconômicos do seu público beneficiado. É um problema relevante, pois busca compreender como as diferenças sociais estão presentes na sociedade, influenciando até mesmo no ambiente escolar.

Após realização de um estudo bibliográfico sobre a temática e obter uma noção mais próxima da realidade que as escolas estão inseridas, percebemos que os fatores socioeconômicos influenciam diretamente na *performance* dentro do ambiente escolar, potencializados pelos elementos que compõem o currículo escolar.

O currículo tem como base definir objetivos, metas e dar estratégias para que a educação escolar seja eficaz na sua implementação. A escola, com o intuito de incluir, acaba excluindo o aluno, pois de forma sofisticada volta o seu modo de ensino para uma classe social (em detrimento de outra), na qual acaba reafirmando a desigualdade, assim, muitos dos que estão nesse ambiente acabam sofrendo algum tipo de exclusão.

Podemos observar que desde a constituição do currículo já se percebiam algumas formas de exclusão. Quando Silva (2019) traz a analogia do currículo com uma pista de corrida, percebemos que nela os vencedores são tidos como melhores e com um capital cultural⁴ mais elevado, além de usufruir de um tempo maior para estudos.

A desigualdade social é visível em diversos contextos escolares, como por exemplo, o favoritismo na seleção de alunos para programas ou atividades institucionais e nas ações que envolvem o desempenho institucional. Não há dúvida de que os aspectos sociais e econômicos das famílias dos alunos que frequentam a escola têm influência direta na sua aprendizagem.

O desenvolvimento desses alunos é totalmente diferente. Alguns alunos têm aulas na escola e reforço em casa, enquanto os menos favorecidos têm aulas somente na escola. Vivemos em um país de desigualdade marcante. Para que se amenizem essas questões são necessárias políticas públicas educacionais voltadas para melhoria das condições de vida e do ensino, promovendo um cenário de equidade.

⁴ “Conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis e mobilizáveis em matéria de cultura dominante ou legítima”. Ver em: < [https://www.infopedia.pt/\\$capital-cultural](https://www.infopedia.pt/$capital-cultural)>.

O currículo é o que estabelece parâmetros à forma de educar em vários contextos, assim como evidencia as várias dimensões culturais, sociais, políticas e econômica. Através da abordagem observa-se que o currículo se relaciona com o perfil socioeconômico de cada instituição e de seu público, ganhando visibilidade dentro do seu PPP. Assim, o PPP contribui para as metas e o bom desenvolvimento da instituição escolar.

A metodologia adotada busca levantar dados através da análise do PPP das escolas, objetivando a compreensão, acerca das dimensões e os elementos que compõe o currículo escolar subentendido nesses PPP's, levantando os indicadores sociais e os fatores socioeconômicos que perpassam o ambiente escolar.

O currículo como parte da construção da identidade do sujeito e das instituições de ensino, passou por várias transformações e construções. Veio arraigado de concepções de diversos modelos de ensino tradicional, passando pela revolução industrial e alcançando outros moldes, como o tecnicista, caminhando junto com as teorias críticas e pós-críticas, até os dias em que vivemos hoje. O currículo busca articular sujeito e sociedade dentro de padrões sociais e econômicos, ganhando forma dentro do PPP de cada instituição de ensino.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. [...] Um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo. [...] um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. [...] Além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. É sobre essa questão que se concentram também as teorias do currículo. (SILVA 2007, p. 15-16 apud MALTA 2013, p. 4).

As instituições com a sua formação curricular junto com o Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Municipal de Educação (PME) elaboram estratégias de ensino, assim como traçam metas, para poderem oferecer uma educação de qualidade e buscar alcançar a todos os objetivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), juntamente com o PME, onde eles dão bases para que se criem metodologias visando alcançar um bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB está muito relacionando com o nível socioeconômico, tanto da escola como da sociedade na qual está inserida, porque quanto maior for a nota da escola maiores serão os investimentos recebidos (SOARES; XAVIER, 2013). Podemos pensar que daí decorre a desigualdade social, onde a situação do mal desempenho pode ser mal vista, pois sustenta uma baixa aprendizagem que prejudica a escola em relação a estes investimentos.

O IDEB de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos da escola ou sistema, obtido na Prova Brasil, por um indicador de rendimento, definido como o valor médio das taxas de aprovação da escola ou sistema, obtido no Censo Escolar. O valor do IDEB cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o IDEB obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (SOARES; XAVIER, 2013 p. 4).

O modelo econômico baseado em relação capitalista acaba dando ênfase dentro do sistema educacional aos alunos oriundos de um pequeno grupo. A meritocracia dentro das escolas busca olhar para o mérito individual dos alunos, o que é incoerente já que predomina uma metodologia que qualifica o aprendizado de acordo com a nota alcançada. Tais práticas negligenciam a situação social na qual os alunos estão inseridos, demonstrando foco apenas ao indivíduo. A nota qualifica o desenvolvimento da escola como boa ou ruim em nível educacional, a desigualdade vem como um pano de fundo, não relacionada ao desenvolvimento dos alunos. Muitas vezes ignoram os alunos com menor desempenho, gerando um sentimento de menos competência, causando assim um desconforto ou até mesmo abandono escolar.

Almeida, Dalben e Freitas (2013) analisaram a utilização do IDEB como indicador de qualidade das escolas e o conceito de eficácia escolar [...] os autores apontam: o IDEB não abrange, em seu desenho metodológico, aspectos externos à escola, em especial o nível socioeconômico dos estudantes (o que causa a falsa impressão para a população de que a escola é a única responsável pelo desempenho de seus alunos); [...] há impossibilidade de associação direta entre os resultados das avaliações externas brasileiras (transversais ou seccionais) e a definição de boas escolas (escolas eficazes), pois boa parte do desempenho se deve ao nível de entrada do estudante e a seu nível socioeconômico; é possível uma alternativa de medição e análise da eficácia escolar a partir do valor agregado (análise mais fidedigna do fenômeno). (MATOS; RODRIGUES, 2016, p. 8).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é um fator de grande importância para a melhoria do IDEB escolar, pois as políticas que abarcam o mesmo buscam o desenvolvimento não só da educação, mas dos profissionais que estão inseridos nesse campo de atuação, fazendo com que as instituições busquem o melhor desempenho para o seu desenvolvimento, pois, quando são destinados os recursos para educação, a destinação do FUNDEB IDEB analisa quais instituições têm baixo índice de desenvolvimento, priorizando estas, para que possam aumentar o seu desenvolvimento e conseguir alcançar as metas propostas pelos órgãos oficiais.

Várias cidades sofrem com a desigualdade social e conseqüentemente os resultados da educação são afetados pelo contexto socioeconômico dos seus beneficiários, valendo frisar que ainda é presente o grande índice de analfabetos, o que dialoga diretamente com exclusões sociais e econômicas. Além disso, de acordo com o modelo vigente, é requerido um rol de habilidades e competências dos alunos. Desta forma, os que não detêm as condições propícias, sofrem uma defasagem do ensino.

2.1 Breve histórico sobre o currículo

O currículo busca a efetivação da educação, como traz a Constituição Federal (BRASIL,1988), em seu Art. 205. O ensino se torna obrigatório e coloca como dever da família da sociedade e do estado a garantia de uma educação igual para todos, sendo este direito reforçado posteriormente pela Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, em seus Art. 1º e Art. 2º vê a educação também por dois sentidos: amplo, pois tudo que acontece em algum lugar é conhecimento; e de modo restrito, onde a educação acontece dentro das instituições de ensino, também com a família já que a mesma tem o dever de cuidar do processo de ensino, para que a criança se desenvolva plenamente na sua maturação humana/social.

Na educação, o currículo é a ponte para a efetivação do ensino aprendizagem, pois ele traz consigo teorias para serem estudadas e aplicadas em contextos diversos. A criação do currículo passa por grandes e aprofundados estudos em países diferentes, “provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo nos Estados Unidos nos anos vinte” (SILVA 1999, p.12). A criação do currículo foi marcada pelo processo de industrialização, onde passou a ser discutida tomando como base o processo industrial e administrativo.

Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificava a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas sobretudo a administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículo. (SILVA 1999, p.12).

Percebemos que o Currículo passou a ser testado com o objetivo de atender os pensamentos educacionais da época, assim como seus resultados no processo de ensino e aprendizagem. Neste aspecto, podemos observar que esse modelo institucional de ensino se assemelha a uma fábrica. A forma qual o currículo é desenvolvido, está ligado diretamente aos subsídios que as teorias tradicionais, críticas, e pós-críticas lhe fornece, por isso, as

mesmas estão envolvidas em critérios sociais, já que a sua questão central se vincula ao conhecimento que deve ser ensinado, pois o mesmo define o caminho do ensino para os profissionais que vão trabalhar no ambiente educacional.

As teorias que serviram de bases para a criação do currículo, tiveram divergências entre si. Para compreender esta questão, podemos iniciar uma análise, da teoria tradicional; o currículo tinha neutralidade, era mais voltado para o lado científico e carregado de objetivos a serem alcançados.

Por sua vez, as teorias críticas e pós-críticas, mostram que o currículo não é neutro, pois ele parte de uma relação de poder e, passa a ser crítico quando observa a sociedade e os conteúdos que passam por ela, além de objetivar melhorias educacionais e compor o processo de criação da identidade dos sujeitos, assim como também das instituições de educação. Segundo Malta (2013), há também a linha de pensamentos da teoria progressista, que teve seu auge com o professor Dewey (1859-1952), a mesma busca estabelecer uma relação maior com a democracia do que com a economia social, onde essa teoria busca observar como eram as experiências das crianças para, a partir daí, desenvolver uma metodologia que abarcasse princípios democráticos dentro da vivência educação e sociedade.

O campo educacional traz consigo um currículo que passou por várias definições, o mesmo é utilizado para buscar estabelecer qual é a melhor forma de educação para cada local e período, assim como, evidenciar várias dimensões sociais, políticas e econômica de cada instituição escolar, sendo coberto com questões sociais e culturais. Segundo (PACHECO, s.d., p. 3 apud GIMENO SACRISTÁN, 2017, p. 16) podemos identificar o conceito de currículo através dos estudos de onde o mesmo define currículo.

[...] deriva da palavra latina *curriculum* (cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*) [...]. Em sua origem currículo significava o território demarcado e regado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem).

Para muitas escolas o currículo adquire seu significado pedagógico em seu PPP, por meio da interação entre a escola e sociedade na qual está inserido. Por estar dentro de uma sociedade, vem coberto de interesses dominantes, qual reflete diretamente na educação, marginalizando as classes sociais mais baixas. O currículo serve de base para definição de como estruturar o ensino e sua aplicação ocorre de forma obrigatória dentro do campo de atuação, pois, é através dele que a escola se normaliza como instituição de ensino.

[...] De alguma forma o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos [...] A escola em geral ou um determinado nível educativo ou tipo de instituições, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que a transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo (SACRISTÁN, p.16).

A teoria do currículo pode ser dividida em momentos históricos na educação. Primeiramente com a escola tradicional, no modo ilimitado de ser analisado como descreve Silva (2010 p. 13) que aponta as contribuições de Bobbitt, que escreveu seu livro com o título “*The curriculum*”, na qual inaugurou os estudos sobre o currículo nos EUA, afirma: “o currículo sempre [...] limitou-se a descobri-lo e a descrevê-lo, pois para cada sociedade, cada ser, há um modelo diferenciado de currículo”.

Como vimos o campo do conhecimento sempre foi tenso, dinâmico, aberto a dúvidas, a revisão e superação de concepções e teorias contestadas por novas indagações que vêm do real. Quando os currículos se fecham a essa dinâmica do próprio conhecimento terminam presos a conhecimentos superados, passados de datas, de validade quanto se abrem às indagações, vivências postas na dinâmica social, se enriquecem revitalizam. (ARROYO, 2018, p. 38).

As teorias críticas e pós-críticas buscam entender como o currículo constrói a identidade do ser. Neste aspecto Silva (2013) aponta que nenhuma teoria é neutra já que todas buscam um conhecimento significativo, por isso, devemos buscar responder algumas questões chaves para entender o currículo, e este caminho pode ser percorrido com ajuda dos pronomes interrogativos (O que? Como? e Por quê?), gerando perguntas que buscam contextualizar o currículo, sobre como o mesmo deve ser organizado, como pode ser transmitido, porque se dá ênfase a determinado tipo de conhecimento e a outros não, já que objetivo maior é o caminho transformador e formador de identidade.

Portanto, não há uma definição melhor de currículo, ou mais moderna, o que existe, isto sim, é a definição que melhor explicita a filosofia, os valores do grupo a que serve uma determinada proposta pedagógica. Um currículo ou uma proposta curricular, então, está sempre na dependência de um projeto de homem e de sociedade. (MALTA 2013, p. 3).

Desde o ano de 1995 o MEC distribui os Referenciais Nacionais Curriculares para a Educação Básica. A preocupação com o currículo data por volta da década de 1920, mas ainda hoje podemos observar escolas com mesmo nível de questões, pois o currículo está dentro da questão central nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

2.2 O SAEB, IDEB e o FUNDEB em linhas gerais.

O Brasil tem seu próprio sistema de avaliação construído ao longo dos anos. Na década de 80 (FRANCO, 1999) aconteceram as primeiras ações voltadas para a implementação do SAEB, onde seu principal foco é contribuir para a universalização do acesso à educação assim, como ampliar a qualidade do ensino na rede pública, bem como dar subsídios às escolas a avaliarem internamente o desempenho dos alunos dentro da instituição de ensino (INEP, 2020).

A origem do SAEB relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de Desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do projeto Noroeste, segmento da Educação, no âmbito do VI Acordo Mec/ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Brasil, 1988). Tal demanda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema mais amplo de avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do Sistema Nacional de Avaliação do ensino Público de 1º Grau – SAEP. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto que só pode deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação alocou recursos necessários à viabilização no primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico. (FRANCO, 1999, p. 10).

O início do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) se deu no ano de 1990 que perdura até os dias atuais sofrendo alterações e adaptações sendo uma nova avaliação, no qual o governo Federal passou a conhecer a qualidade da educação básica de forma amostral só nas escolas públicas sendo alunos de 1º, 3º e 7º (INEP, 2020).

No ano de 1993 o modelo de avaliação continua o mesmo que no começo, no ano de 1995 foi reformulada na metodologia, nos testes e nas análises dos resultados, passou a ser aplicado um questionário fazendo um levantamento do contexto dessas instituições, passando a fazer parte das avaliações escolas públicas e privadas, seguindo com dados amostrais, para alunos de 4ª e 8ª série do ensino fundamental e terceira série do ensino médio, tendo foco nos anos finais (INEP, 2020).

A escala de proficiência do Saeb surgiu no ano de 1997 com o intuito de analisar os momentos dos ciclos escolares de acordo os especialistas das disciplinas avaliadas, sendo elas língua portuguesa, matemática, ciências (física, química e biologia). Em 1999 veio para aprimorar a avaliação o teste de geografia; em 2001 a avaliação teve um novo foco, os testes foram direcionados apenas para língua portuguesa e matemática (INEP, 2020).

Nasce em 2007 o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) permitiram que no ano de 2019 o Saeb passasse por uma reestruturação onde o mesmo teve que se adequar a Base comum curricular (BNCC). Ela se tornou referência para a formulação das provas do segundo ano do ensino fundamental de língua portuguesa e matemática e para o nono ano do ensino fundamental. Também nesse nível, de forma amostral, ciência da natureza e ciência humana, sendo que a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), ANEB e ANRESC deixam de existir e passam a ser todas SAEB. (INEP, 2020).

A Prova Brasil (ANRESC), é composta por testes nacionais aplicados a alunos da 4ª série e da 8ª série realizada nas escolas públicas com uma amostragem de 20 alunos ou mais por sala a cada dois anos é feita a testagem. (CARNOY *et al.*, 2015).

O SAEB como um sistema de avaliação contribui significativamente com o IDEB, e com o Inep, assim como dá subsídios para formular políticas educacionais sendo que o mesmo tem uma comissão de especialistas para que haja em cada etapa um aprimoramento e, traga significados positivos nas avaliações externas, contribuindo assim para o FUNDEB (FRANCO, 2001).

O aprendizado do aluno, segundo as avaliações realizadas, é visto através de uma matriz de referência, ou seja, se os alunos conseguiram desenvolver competências, habilidades que se deseja para cada série que é realizada a prova, e a medida se dá pela escala de proficiência. É como se fosse uma régua, ou seja, mede o crescimento do desenvolvimento e é usada para cada edição que são aplicados os testes (INEP 2019).

O sistema de avaliação passa a ser composto por duas avaliações a partir do ano de 2005, com a Portaria Ministerial nº 931 de 21 de março. As avaliações são: Avaliação Nacional de educação básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil.

A ANEB usa o método da avaliação amostral, captando somente dez alunos por turma, sendo da rede pública ou privada, já a ANRESC passa a avaliar as escolas com no mínimo trinta alunos das etapas finais, quarta e quinta série, oitava e nono ano do Ensino Fundamental das escolas públicas (INEP, 2020).

Franco (2001), resume os objetivos do SAEB em três pontos;

1. acompanhamento do sistema educacional, sendo a aferição de competências
2. acompanhamento de como o sistema educacional vem se comportando em termos de

equidade dos resultados educacionais 3. apreensão dos fatores escolares que podem explicar resultados escolares.

O SAEB parte de um conjunto de avaliações em larga escala e, através dos resultados alcançados, dá ao INEP o subsídio para fazer um diagnóstico da educação básica brasileira, assim como avalia os fatores que podem interferir no desempenho do estudante e da instituição de ensino. O INEP junta as médias de desempenho dos estudantes apurando as taxas de abandono, aprovação e reprovação através do censo escolar e calcula o IDEB (BRASIL, 2020).

O IDEB vem sendo a forma prioritária de se analisar a educação básica e sua nota está relacionada com o nível socioeconômico tanto da escola como da sociedade, e tem como ponto importante a possibilidade de escolher quais alunos podem participar da Prova Brasil. Podemos supor que serão escolhidos os seus melhores alunos, com boas notas, pois quanto maior for a nota na prova, maiores serão os investimentos que virão para escola.

Nesse sentido, Soares e Xavier (2013) apresentam as seguintes críticas ao ideb: 1) só alunos presentes ao teste são considerados: as escolas podem selecionar seus melhores estudantes e, assim, ter um valor maior do ideb; 2) a proficiência em matemática tem mais peso do que proficiência em leitura, o que isso pode estimular a ênfase do ensino de matemática como uma estratégia para melhor o ideb; 3) assume substituições questionáveis entre os diferentes componentes. (MATOS; RODRIGUES, 2016, p. 4).

É fato que toda escola tenta sempre obter o melhor resultado no seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em nível Brasil, o IDEB da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti alvo da pesquisa está com média de 3,8, porém, estão sendo realizadas ações para que em 2019 alcance 5.5 nos seus anos finais do ensino fundamental (PPP, 2019b) e o Colégio Dom Orione com nota 4,5, com projeção de 6.0 para o ano de 2019 (PPP, 2019a).

Portanto, o Ideb enfoca resultados finalísticos sem levar em consideração as condições de produção (contextuais) desses resultados. Por esse motivo, é fundamental considerar o Ideb juntamente com as condições contextuais da escola: o perfil dos alunos e as características das instituições de ensino”. (ALVES; SOARES, 2013 apud MATOS; RODRIGUES 2016, p. 5).

A escola, quando não alcança um IDEB favorável precisa se refletir. Todo o seu contexto e o seu currículo, assim como a formação e a valoração dos profissionais que compõem corpo da instituição, devem observar qual público a escola está atendendo, qual seu nível socioeconômico e em qual grau de instrução se encontra esse público. O currículo não

deve se fechar apenas para um indicador, mas sim buscar valorizar todo o conhecimento que faz parte da formação da identidade dos atores que se fazem presentes no interior da escola.

A Educação Básica, em especial o Ensino Fundamental II é responsabilidade da família, sociedade, assim como do Estado. Para que isso se efetive, o Estado recolhe por meio dos impostos, os recursos que compõem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Alcançando uma nota favorável no IDEB, a escola obterá vantagens, já que o financiamento é proporcional aos resultados apresentados pelas escolas. Os recursos adquiridos vêm do FUNDEB, que teve respaldo na CF/88, tem como foco custo aluno, medido através das matrículas do ano anterior. Esse dado é tomado como a base de cálculo para investimento do ano seguinte. Vale ressaltar que no financiamento escolar, cabe ao município o investimento de 25% da sua alíquota de recursos para a educação.

Nesse contexto, a reforma da educação proporcionou reformulações em bases legais, começando pela alteração da legislação no que concerne ao financiamento da educação, com base na Emenda Constitucional nº 14/96 (BRASIL, 1996) que cria o Fundef, antes constituído da subvinculação do orçamento da educação advinda dos Estados, Municípios e Distrito Federal, ficando a União encarregada de complementar, apenas, os Estados onde o Fundo não foi suficiente. O Fundef - enquanto mecanismo de financiamento do Ensino Fundamental - alterou os artigos 34, 208, 211 e 60 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tendo sua regulamentação ocorrida pela Lei nº 9.424/96 (BRASIL, 1996). A posteriori, é substituída pela Emenda Constitucional nº 53/06 e pela Lei nº 11.494/07 que regulamentam o Fundeb. (FRANÇA, 2016 p. 06).

As políticas que estão por trás do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, buscam a permanência do aluno na escola, assim como também uma educação de qualidade, dando maior visibilidade a formação e a valorização dos profissionais da educação. Com o FUNDEB, destina um percentual para os professores do magistério, efetivando um processo de valorização, de forma que a educação básica passa a ser pensada de forma mais abrangente dentro do aspecto que envolve o financiamento.

A implementação do Fundeb ocorreu de forma gradual de 2007 a 2010. A partir de 2007, a cada ano, parte das matrículas da educação infantil passava a receber recursos dessa política. O processo foi concluído em 2010 quando a União passou a complementar o Fundo com 10% sobre o valor da arrecadação do mesmo. (SANTOS 2015, p. 25).

O PME (Plano Municipal de Educação), está relacionado diretamente com o IDEB, assim como com o FUNDEB, visto que ele traça metas e diretrizes para a educação básica de qualidade, assim como propõe melhorias na remuneração dos profissionais de educação,

objetivando o aumento do índice de desenvolvimento da educação. A educação tem o dever de atingir os diversos grupos e camadas sociais, e formar sujeitos pensantes, políticos e críticos.

2.3 A educação no contexto socioeconômico de Tocantinópolis.

A criação do PME se deu com objetivo de articular todas as áreas e profissionais de educação, responsáveis pelo estudo e desenvolvimento dele. Tal documento busca uma educação municipal de qualidade, assim como ter a participação ativa da sociedade no processo de educar. Com o PME a rede municipal de educação busca universalizar o Ensino Fundamental, fundamentado no PNE (Plano Nacional de Educação), para que os alunos terminem na idade certa. Também se propõe a analisar o PPP de cada escola, monitorar todos os recursos repassados para educação, colaborar com a União e com o Estado, buscar o melhoramento do seu IDEB, de acordo as médias nacionais.

[...] sistematizar mecanismos, em regime de colaboração com o Estado, desde o 1º ano de vigência do PME, para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental, em consonância com o Plano de Ações Articuladas (PAR) e ao Projeto Político Pedagógico (PPP), de cada escola; [...] fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, em regime de colaboração com a União e o Estado. (PME, 2016).

Ao se pensar a educação, podemos analisar que o seu desenvolvimento perpassa por todo um contexto socioeconômico e social da cidade na qual as escolas estão inseridas. Tocantinópolis, uma cidade com uma população estimada de 22.896 habitantes, com densidade demográfica de 21,00 habitantes/km², antes conhecida com Boa Vista de Padre João, sendo elevada à categoria de município em 1943, passando a se chamar Tocantinópolis, tendo como fundadores os lavradores Antônio Faustino e Venâncio, mais antes os indígenas já se encontravam as margens do rio. Possuidoras de terras férteis com grande extensão territorial coberta por babaçuais, onde sua amêndoa é bastante valorizada.

A questão social é muito influenciada pelas relações entre diferentes grupos étnicos/raciais, sendo os predominantes na cidade: indígenas, brancos e negros. Das famílias que habitam a cidade, as que tem renda igual ou superior 5 salários-mínimos perfazem cerca

de 84 famílias, por sua vez famílias que vivem em condições de pobreza extrema representam 17,64% e, pobreza absoluta 48,39%, totalizando 6.196 famílias que vivem em condições de pobreza. Dessas famílias 2.760 recebem bolsa família, as outras vivem de um a mais salários-mínimos. Os dados totais apontam 80% de pessoas mais pobres e 20% de pessoas mais ricas, dados do IBGE (2017).

Os aspectos econômicos da cidade, segundo o IBGE (2002), revelam um desenvolvimento significativo, principalmente se for analisado o seu PIB (Produto Interno Bruto) e PIB per capita, indicadores que apresentam um aumento de 58.194,94 em 2002 para 177.481,27 em 2012, e o seu PIB per capita de 2.383,48 em 2002 para 7.854,54 em 2012, colocando a cidade em 19º lugar dentro do estado do Tocantins. O nível de educação das pessoas que estão exercendo alguma função, ou seja, ocupados e ou contribuem para o desenvolvimento da cidade, apresentam um cenário onde a maioria tem somente o Ensino Fundamental completo, cerca de 61,86% da população, em contrapartida, apenas 11,6% têm o ensino superior. O desenvolvimento da cidade está ligado intrinsecamente com a questão agropecuária, tendo destaque ao extrativismo do babaçu, assim como a pesca, criação e venda de peixes, juntamente com as cooperativas e programas que desenvolvem a agricultura familiar.

Na educação, segundo a SEDUC-TO de Tocantinópolis (SEPLAN-TO, 2015),⁵ os discentes atuando em escolas estaduais na cidade representam um total de 145 profissionais no ensino fundamental. Os alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental são no total 1.662, sendo 8 escolas estaduais no ano de 2017.

O nível de proficiência na aprendizagem dos alunos, será mais bem explicado na Tabela 1.

Tabela 1 – Nível de proficiência na aprendizagem dos alunos.

Proficiência	2017		2019	
	Português	Matemática	Português	Matemática
Alunos do 5º ano	46%	36%	48%	37%
Alunos do 9º ano	32%	12%	34%	17%

⁵ Ver em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/249950/>>.

A tabela nos revela que dos 1.375 alunos matriculados na rede Estadual de ensino no ano de 2017, mostra que só 46% dos alunos do 5º ano e 32% do 9º obtiveram aprendizado adequado em língua portuguesa, já em matemática os do 5º ano 36%, os do 9º 12%. Em 2019 dos 1389 alunos matriculados, 48% dos alunos do 5º ano tiveram aprendizado adequado em língua portuguesa e 34% do 9ºano, em matemática 37% no 5º ano e 17% no 9º.⁶

Os dados que foram obtidos pela Prova Brasil, trazem a averiguação da aprendizagem partindo da nota de português e matemática, e são os mesmos que definem o IDEB, tanto da cidade como das escolas avaliadas. É a partir do IDEB que se analisa em qual nível de ensino se encontra e qual instituição deve ter maior atenção e repasse de mais investimentos, para que tenha um melhor desenvolvimento e atinja a meta do PNE.

⁶ Ver em: <www.qedu.org.br>.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar do caminho percorrido até aqui ter nos dado algum subsídio para chegarmos minimamente prontos à análise socioeconômica dos nonos anos⁷ dessas duas escolas, ainda convém ao menos duas precauções ao leitor que tenha este trabalho em mãos: a primeira delas é que, como o próprio título da monografia aponta, sua linha é socioeconômica, portanto, partes dos PPP's que não sejam deste caráter não entram na análise. A mesma lógica vale para o questionário QEdU; já a segunda delas é com relação a um pensamento quase imediato de comparação entre as escolas que o título pode denotar. Embora saibamos que diferenças significantes entre elas apareçam ao longo da análise, seus nortes para a confecção dessa monografia são seus respectivos PPP's e não a vitória numa competição entre as duas.

Com relação ao que intencionamos, podemos encontrar espaço à iniciação de nossas problematizações já no termo “Projeto Político Pedagógico”, o que dá a entender que questões políticas não estão fora de questão. Esse nosso pensamento é corroborado logo nas primeiras páginas do PPP do Colégio Dom Orione⁸ (Fotografia 1), onde fica claro que este documento deve ser usado como base para uma autocrítica da escola, e que o próprio não está isento de aspectos políticos e sociais (PPP, 2019a), dois pontos que atravessam diretamente a dimensão socioeconômica, o que faz do PPP um “habitat” perfeito ao que se propõe essa pesquisa.

Fotografia 1 – Fachada do Colégio Dom Orione.

⁷ A escolha pelos nonos anos aconteceu pela importância do questionário QEdU nesta pesquisa e pelo referido site trazer apenas esse ano como equivalente entre as duas escolas.

⁸ No documento equivalente da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti a ideia aparece apenas nas entrelinhas.



Fonte: <<https://m.facebook.com/photo.php?fbid=266556030069154&id=266545946736829&set=a.266555790069178>>.

De início, urge termos em mente que apesar da clientela do Colégio Dom Orião aparentar ser mais seleta (como apresentaremos ainda nesta seção a partir do questionário QEdU), essa impressão cai por terra ao percebermos que ela não é tão bem descrita como a da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti em seu PPP, pois traz apenas as classificações zona urbana e zona rural, estando seu público de 6º a 9º ano concentrado em 84,9% e 15,1% nessas zonas respectivamente (PPP, 2019a). Já a clientela da outra escola é melhor detalhada, referindo-se diretamente a bairros, povoados e até fazendas:

A clientela [...] é mista e, em sua maioria provem [sic] de uma classe social baixa, oriunda de um contexto econômico e cultural muito desfavorecido e muitos apresenta-se em grupo de extrema vulnerabilidade. Atendemos alunos dos Bairros: Alto da Boa Vista I, II e III, das Vilas: Matilde, Antônio Pereira, Tibério Azevedo e Vila, [sic] Valdenor dos povoados próximos: Ribeirãozinho, Passarinho, Olho D'água, Ribeirão do Pedro Bento, Folha Grossa e fazendas, bem como do centro da cidade [...]. (PPP, 2019b, p. 10-11).

Importante notar que a ideia de urbano engloba todos (ou quase todos) estes bairros, incluindo o centro, basta pensarmos que o transporte escolar pode até ser ponto de encontro para certos alunos das duas escolas; a isso somamos a ideia de que geograficamente essas aparentes e significativas diferenças tendem a diminuir ainda mais, pois embora o Colégio

Dom Orione esteja no Centro e o Escola Estadual Padre Giuliano Moretti no Setor Aeroporto, é importante colocar que ao longo da maior parte da principal avenida central (Avenida Nossa Senhora de Fátima) o Setor Aeroporto aparece como uma rua paralela, portanto a ideia imediata de uma escola periférica *versus* uma escola de centro desaparece aqui, pois por alguns metros de diferença o Escola Estadual Padre Giuliano Moretti não está nesta avenida. Logo passamos a entender este caráter implícito sobre clientela denotado pelo PPP do Colégio Dom Orione mais como uma aproximação do que como distanciamento.

O que vai fazer alguma diferença é a imagem que se tem de uma escola e outra, colocando o Colégio Dom Orione numa posição favorável, pois seu nome tem mais peso na história tocantinopolina.⁹ Este peso, combinado a uma oferta maior de séries e naturalmente uma maior concorrência por vagas em relação à outra escola vai explicar o porquê de haver certas diferenças entre os núcleos familiares dos alunos de nono ano (recorte) dos dois colégios, mesmo suas clientelas não sendo tão heterogêneas quanto imaginávamos.

Uma das principais diferenças apontadas pelos dados do QEDu em 2019 das turmas de nono ano nos dois colégios é com relação à formação dos responsáveis pelo aluno, um detalhe muito importante de ser lembrado, uma vez que a dinâmica de vida dos adolescentes em casa e na escola vai sempre passar muito por essa condição de seus responsáveis. Entre as mães (ou outras responsáveis) desses alunos, por exemplo, analisando sua maior escolaridade, vamos encontrar disparidade em relação à completude do ensino superior: 18% do total das mães ou responsáveis por alunos de 9º ano do Colégio Dom Orione contra 7% do total das mães ou responsáveis por alunos de 9º ano do Escola Estadual Padre Giuliano Moretti. Já entre os pais (ou outros responsáveis) desses alunos, o mesmo dado aponta para 9% de formados em nível superior nos núcleos familiares de alunos de 9º ano do Colégio Dom Orione contra 0% de formados em nível superior nos núcleos familiares de alunos de 9º ano da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.

27% dos alunos pesquisados nos nonos anos do Colégio Dom Orione afirmam que suas famílias pagam alguém para auxiliar em trabalhos domésticos (seja uma vez por semana, a cada quinze dias, três ou mais dias por semana, etc.), enquanto na Escola Estadual Padre Giuliano Moretti o número é de apenas 7%.

⁹ As instituições Colégio Dom Orione e Escola Estadual Padre Giuliano Moretti foram fundadas em 1954 e 1979, respectivamente.

Outro dado que chama bastante a atenção é o fato de nenhum aluno do nono ano (deste ano pesquisado pelo QEdU em específico) da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti ir às aulas de carro, enquanto que no Colégio Dom Orione a quantidade dentro da amostragem pesquisada é de ao menos 6%.

Fotografia 2 – Fachada da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.



Fonte: arquivo pessoal.

Indo a outro aspecto que também dialoga com nossas pretensões aqui, cabe trazer que 22% da amostragem do Colégio Dom Orione teve a experiência da escola particular, enquanto na Escola Estadual Padre Giuliano Moretti a quantidade cai para 6%.

Quanto a reprovações, ponto importante que não poderia ficar de fora desse debate, podemos ver que no Colégio Dom Orione, apenas 2% dos pesquisados reprovaram duas vezes ou mais, enquanto na Escola Estadual Padre Giuliano Moretti a porcentagem sobe para incríveis 22%.

Fechando essa sequência de diferenças socioeconômicas significativas entre esses dois anos equivalentes, mas de instituições diferentes (e circunscritas por um mesmo município), podemos ver que os alunos pesquisados no Colégio Dom Orione tiveram, em sua maioria, contato mais cedo com a escola (primeira experiência escolar com três anos de idade ou

menos), um contato bem mais rápido com a escola se comparado aos alunos de 9º ano (os que participaram da amostragem) da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti: 56% contra 37%.

As demais questões trazidas no questionário QEdU apresentam resultados bastante idênticos¹⁰ para as duas escolas. A título de melhor entendimento da proposta adotada o leitor pode consultá-las,¹¹ mas também pode lhe surgir uma dúvida: se há tantas semelhanças, por que levantar esse debate a partir dessas duas escolas e não com outras duas cuja diferença estrutural e de clientela fossem mais evidentes?

Pode não parecer, mas a resposta é um tanto simples. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, portanto a escola brasileira é de maioria esmagadora, pública.

Desigualdade é uma construção social, que impacta as frações menos privilegiadas das populações mais pobres, seja na educação ou no nível econômico, se agravando quando somados aos marcadores sociais da diferença, como raça, gênero etc. Sendo assim, a análise de escolas de dentro deste cenário podem ser cruciais para entendermos a contundência da sempre tão tratada literatura que cruza currículo, escola, reprodução social, capitalismo, etc. A crítica se aplica tão bem mesmo sem haverem as já mencionadas disparidades estruturais e de clientela entre a maior parte das escolas públicas, o que indica a sofisticação desses processos de reprodução social, pois como esse sistema vai selecionar alunos dentre pessoas de origens tão parecidas?

A grande verdade é que a ideia da corrida entre alunos (SILVA, 2019) acontece mesmo em escolas como as duas tratadas neste trabalho. Em espaços assim os mecanismos de seleção são bem mais sutis, e vão trabalhar no sentido de encurtar as trajetórias escolares desses alunos (SAES, 2008), isentando-se de responsabilidades sobre seus fracassos e jogando sobre eles a total culpa do produto de sua experiência escolar, pois ela, a escola, promove conhecimento e não exclusão, a cartada perfeita de um arranjo todo programado a servir ideologias dominantes (LAGANA-RIORDAN & COLS., 2011; MADALÓZ & COLS., 2012; PATTO, 2007 apud POZZOBON et al., 2017).

¹⁰ A própria nota do IDEB para o período (2019) é de grande semelhança entre as duas escolas: 3,7 para o Colégio Dom Orione e 3,8 para a Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.

¹¹ Visitar <<https://novo.qedu.org.br/escola/17004209-colegio-dom-orione/questionarios-saeb/alunos-9ano>> para verificação do questionário referente ao Colégio Dom Orione e <<https://novo.qedu.org.br/escola/17004292-esc-est-pe-giuliano-moretti/questionarios-saeb/alunos-9ano>> para realizar o mesmo processo com o questionário da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.

Nesse cenário, forma-se uma relação aversiva entre aluno e escola: o primeiro não aceita como a segunda funciona e a segunda não aceita o primeiro como ele é, gerando um mal-estar, um mecanismo de rejeição silencioso (PATTO, 1999).

Ainda sobre isso, nos cabe ainda evocar aqui uma ideia do senso comum que é importante combatermos para que nossa mensagem seja passada da melhor forma, que é a ideia de que as classes baixas são uniformes, dividindo todos os que ali se enquadram, os mesmos problemas, o que está muito longe de ser uma verdade. Entendendo isso, deduzimos facilmente que aqueles que estão dentro desse esquema, mas que, em relação à maioria do mesmo, estão numa posição social mais elevada, acabam sendo os “escolhidos” a terem maior possibilidade de ascensão por meio da educação.

São essas diferenças dentro desse sistema que o questionário QEd¹² captou nas questões apresentadas na abertura desta seção, o que denota que mesmo em meio a tantas similaridades não é possível negar que as famílias nem sempre tem recursos equivalentes (BERTONCELO, 2016), e isso faz diferença num “critério desempate”, pois reflete numa herança cultural (BOURDIEU, 2007 apud MARASSI, 2012) que vai ser mais valorizada dentro da escola, se comparado, é claro, com indivíduos que estiverem abaixo dessa “linha de corte”. Para estes, essa herança é uma marca forte e vai estar o tempo inteiro se fazendo obstáculo, pois ela traz em seu íntimo todas as peculiaridades de suas vivências, suas vidas difíceis. O reflexo desse trato silencioso com os menos prestigiados vai refletir em alunos com desempenho ruim (PATTO, 1999).

Essa dinâmica excludente vivida por alunos dentro da escola, à qual é denunciada por bibliografias afins, não é indicada explicitamente nos PPP’s, onde o que se vê é muito mais a defesa de uma suposta neutralidade, compondo a escola assim como um espaço onde todos podem “competir” em igualdade e por outro lado, a escola como um lugar sempre em diálogo com a comunidade externa, no entanto, dois pontos quase sempre falhos e que explicam em boa parte a tendência à reprodução de uma escola seletora, falhas que podem ser traduzidas numa tomada de posição que desprestigia aos que as condições materiais e imateriais (capitais econômico e cultural, por exemplo) não agradem, “pois boa parte do desempenho se deve ao nível de entrada do estudante e a seu nível socioeconômico [...]” (MATOS; RODRIGUES,

¹² O resultado é disponibilizado no QEd, no entanto não são eles que desenvolvem ou aplicam o questionário, ele é oriundo do Saeb e do censo escolar. O questionário é elaborado pelo setor público. O QEd é uma iniciativa do setor privado, mais especificamente a Fundação Lemann.

2016, p. 8), e isso não parece ser levado em consideração. Ao menos não da forma que deveria ser. O currículo, uma vez que é planejado dentro do PPP (para muitas escolas), também subentende a ideia de neutralidade (MALTA, 2013).

Sobre isso, nada mais neutro em PPP's do que visões, objetivos e missões de unidades escolares. É o caso, por exemplo da visão da instituição Colégio Dom Orione (PPP, 2019a, p. 19), que almeja “ofertar o melhor possível no que se refere à formação humana, religiosa, cultural e profissional do indivíduo, através do desenvolvimento sociocultural, dando-lhe condições para uma formação cidadã”; e da missão da Escola Estadual Padre Giuliano Moretti (PPP, 2019b, p. 6) que é assegurar o acesso, a permanência com sucesso a todos os alunos na escola, desenvolvendo um ensino de qualidade [...] e propicie a formação de cidadãos com responsabilidade, respeito mútuo e comprometimento com a preservação do meio ambiente.

A escola dentro dessa perspectiva, tem o desafio de ofertar ensino de qualidade que abarque o contexto social desses dos atendidos, para que futuramente os mesmos possam vir a ter a possibilidade de ascender social e economicamente dentro da sociedade, mas por outro lado, para que isso possa acontecer é necessária uma atenção maior, principalmente por meio de um mapeamento do contexto social ao qual está inserida.

Numa análise fria, essa neutralidade pode ser rebatida sob dois ângulos. O primeiro deles trata do fato de que não há esse caráter de neutralidade, uma vez que o currículo (circunscrito pelo PPP) objetiva um conhecimento significativo e determina o trajeto do educando até ele (MALTA, 2013); já o segundo, alinha o currículo a um projeto de sociedade, sendo assim a escola estaria a serviço da reprodução das desigualdades sociais, uma vez que vai prestigiar um grupo de destaque (MALTA, 2013) e este vai ascender com mais facilidade.

Fica claro que o aspecto econômico tem grande peso nessa questão apresentada até aqui, e que dele se ramificam vários efeitos na vida diária dos sujeitos. Não é à toa que Edgar Morin vai dizer que a dimensão econômica é guia do mundo (2000), mas não há dúvidas de que ela tem falhas, este trabalho, por exemplo, demonstra uma delas, pois selecionar indivíduos que melhor sirvam a um determinado projeto de sociedade é quase um grito da própria economia. Como diria Marassi (2012), é assim que essa sociedade distribui oportunidades e recompensas.

Ao fim dessa análise empreendida aqui, o que fica, embora o cenário possa ter certo teor de desesperança quanto a uma mudança de caráter macro na educação pública brasileira, é que a escola busca seu papel de democracia para com os seus alunos, porém está à mercê de

uma grande luta como traz Arroyo (2013), pois até agora o que tem feito é fingir não enxergar as comumente tão desumanizantes realidades sociais de grande parte do alunado.

Nessa tarefa de buscar uma educação de igualdade cabe ao professor olhar para o currículo e ver o mesmo como um território em disputa, e que precisa inovar no seu modelo didático pedagógico para atender o público beneficiado pelo seu ensino, que muitas vezes tem que fugir das estratégias que vem no currículo e ao mesmo tempo, tendo que cumprir o mesmo, um desafio, pois muitas vezes o aspecto científico do currículo não condiz com a realidade social vivida pelos alunos. Um salto a esse nível estrutura o ensino escolar, a sala de aula, a organização do trabalho docente, mas se mal tramado (tendência reprodutora social), também pode afirmar a desigualdade, amarrando tudo no seu ordenamento (ARROYO, 2013). O corpo docente da escola deve procurar estratégias dentro desta lógica, pois a aplicação do currículo forma a identidade da escola. Tudo isso está subentendido no próprio PPP e pode ser usado não só de forma a ir com a corrente, mas também para fazer diferente do que se tem feito. A autocrítica é a chave.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de hoje que esforços são empreendidos no campo educacional com vistas a uma educação de qualidade. Ouvimos sobre isso na televisão, na *internet*, lemos nos livros, etc. Para o bem ou para o mal, a verdade é que novidades nesse campo vem e vão, mas seus problemas aparentam ser atemporais e a bibliografia especializada no assunto é ainda mais “pessimista”, vê a escola como um dos espaços mais essenciais à manutenção das desigualdades sociais.

Almejando ter esse cenário como pano de fundo, empreendemos esta pesquisa a partir dos PPP’s e do questionário QEdU referentes a duas escolas estaduais do município de Tocantinópolis, para tentarmos dar prova de alguma relação destes documentos com aspectos socioeconômicos das clientelas.

Para alcançar isso ao menos satisfatoriamente, o primeiro objetivo específico foi contemplado em algum nível, pois ficou evidente que mesmo em espaços escolares de clientela majoritariamente desprivilegiada cultural e economicamente, aparece o caráter seletivo da escola, estabelecendo critérios “silenciosos”.

No segundo, o levantamento de aspectos socioeconômicos dos públicos de nono ano selecionados das duas escolas foi um objetivo atendido integralmente, e embora tenha revelado uma realidade do alunado das duas escolas evidente (ao menos para o cidadão tocantinopolino), foi importante para confirmar algo imaginado já no momento da elaboração do problema.

No terceiro objetivo específico os dois primeiros se misturam, tornando evidente a desigualdade mesmo num ambiente escolar onde a homogeneidade do alunado tende às classes populares. Essa desigualdade salta aos muros dessas instituições e dá a tônica no dia a dia brasileiro. Brasil, que mais uma vez, mesmo sempre sendo dolorido frisar: um dos países mais desiguais do mundo!

Feito o esforço em aceitar lançar-se na empreitada que foi pesquisar esse tema embora a literatura afirme os aspectos socioeconômicos interfiram nos resultados, onde os mais favorecidos socialmente e economicamente tem melhores resultados, nem sempre isso se confirma, como por exemplo nesta pesquisa. Há outros elementos além do econômico que levam as duas escolas a terem resultados parecidos nas avaliações externas, visto que em nossa abordagem identificamos certa transposição das desigualdades evidenciadas pelos critérios de seleção para a vida fora da escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. – 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERTONCELO, Edison. Classes sociais, cultura e educação. **Novos estudos**, 104, março. 2016. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP**. 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/Saeb>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FRANÇA, M. **Financiamento da Educação – limites e avanços do Plano Nacional de Educação(2014-2024)**. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4999/pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

FRANCO, Alicia Bonamindo Creso. Avaliação e política educacional o processo de institucionalização do Saeb. **Caderno de Pesquisa**. n° 108, p. 101-131, novembro. 1999 Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 08 julho de 2021.

FRANCO, Creso. O SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica: Potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação** n° 17, maio/jun/jul/Agosto 2001.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017. 352 p.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. **Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando a compreensão e mudança**. 2013. Espaço do currículo, v.6, n 2, p. 340-354. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

MARASSI, Camila Verri. **Educação e Desigualdade**: Teorias, reflexões e debates atuais. 147 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012.

MATOS, Daniel Abud Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. **Estudos em avaliação educacional**. v. 27 n° 66 (2016): set. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18222/ae.v27i66.4012>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PATTO, Maria. O modo capitalista de pensar a escolaridade: anotações sobre o caso brasileiro. *In*: PATTO, Maria. **A produção do fracasso escolar: submissão e rebeldia**. São Paulo, 1999, p. 78-419.

POZZOBON “et al”. Renomeando o fracasso escolar. 2017. **Psicologia escolar e educacional**, SP. v. 21, n. 3, set./dez.

PPP – Projeto Político Pedagógico. **Colégio Dom Orione**, 2019a.

PPP – Projeto Político Pedagógico. **Escola Estadual Padre Giuliano Moretti**, 2019b.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Escola Pública e Classes sociais no Brasil Atual. **Linhas Críticas**. v. 14, n. 27, p. 175-176. Jul./dez. Brasília. 2008.

SANTOS, Joedson Brito dos. **O financiamento da educação infantil no contexto do Fundeb: limites e contradições na expansão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em João Pessoa/PB - 2017 – 2013**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8475>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. – 3. ed; 11 reimp- Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Ferreira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do ideb**. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 ago. 2019.